

## TERMINOLOGIA EM MOVIMENTO: UM ESTUDO DE CASO DE TERMOS DA ALADI

Amanda Duarte BLANCO\*

*ABSTRACT: In this paper, we have as a study object the behavior of variants in foreign trade language in documents of ALADI (Latin-American Integration Association). First of all, we explain Wüster's (1998) and Cabré's (1993) posits on the definition of term and concept. Secondly, we present the notions of term and concept which refer to Faulstich's Variation Theory. Assuming that the term-concept relation is dynamic, peculiar to the evolution of languages, we analyze the following terms: *acordo-quadro*, *acordo parcial*, *ad valorem*, *alfândega* and *armazéns warrants*.*

*KEYWORDS: Terminology; Faulstich's Variation Theory; Foreign Trade.*

### 1. Introdução

Este trabalho objetiva apresentar, a partir dos pressupostos da Teoria Comunicativa e da Socioterminologia, alguns casos de variação terminológica no léxico do Comércio Exterior. As fontes documentais de onde foram extraídos os termos em variação são constituídas de documentos oficiais da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Os casos de variação terminológica serão analisados a partir da noção de que a relação termo-conceito é dinâmica, apresentando os seguintes comportamentos sob o olhar da sincronia-diacronia: variação do termo e permanência do conceito; variação do conceito e permanência do termo; permanência do termo e do conceito.

Converge-se, assim, para o constructo teórico da variação, postulado por Faulstich (2001): o caráter concorrente das variantes que resulta nas variantes formais, o caráter coocorrente, resultando em sinônimos, ou o caráter competitivo, relacionado com os empréstimos. As variantes terminológicas formais são compreendidas em duas classes: as variantes terminológicas linguísticas (variantes fonológicas, morfológicas, sintáticas, lexicais e gráficas) e as variantes terminológicas de registro (variantes geográficas, socioletais e cronoletais). A partir dessa perspectiva, analisam-se os seguintes casos de variações terminológicas da área do Comércio Exterior com o objetivo de verificar o tipo de variante, de acordo com o constructo de Faulstich supramencionado: *acordo-quadro*, *acordo parcial*, *ad valorem*, *alfândega* e *armazéns warrants*.

### 2. Fundamentação Teórica

#### 2.1. Diferentes perspectivas dos estudos terminológicos

A terminologia, como se sabe, é uma área teórica e aplicada. Teórica porque se ocupa da descrição da formação e das formas de constituição das unidades lexicais especializadas, e aplicada porque a terminologia também pode ter por objetivo a elaboração de glossários, dicionários especializados e bancos de dados, entre outros. Observa-se, no entanto, que, nas duas perspectivas, o termo é o objeto central da terminologia.

---

\* Doutoranda em Teoria e Análise Linguística – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Como afirma Krieger (2005, p.6), os termos podem ser analisados a partir de diferentes focos: o cognitivo, o linguístico e o discursivo. O patamar cognitivo, de acordo com a autora, tem por objeto a problemática do conceito; o patamar linguístico analisa a constituição morfossintática e sintagmática das unidades lexicais especializadas. De acordo com Krieger (2005), o reconhecimento de termos depende dos contextos de ocorrência dos mesmos, compreendidos como cenários comunicativos, conforme postulam as teorias terminológicas de caráter linguístico-comunicativo, como a Teoria Comunicativa da Terminologia.

O presente trabalho parte, portanto, dos pressupostos das teorias mencionadas para a análise de termos do léxico do comércio exterior. Para tanto, serão apresentados, de maneira panorâmica, os principais fundamentos epistemológicos da Terminologia; em um primeiro momento, apresentamos os principais postulados da Teoria Geral da Terminologia, que teve o valor de estabelecer a Terminologia como disciplina autônoma, para depois passarmos aos pressupostos das teorias de cunho linguístico-comunicativo que embasam a análise proposta.

### **2.1.1. Teoria Geral da Terminologia**

De acordo com Krieger e Maciel (2001, p. 30), os pressupostos iniciais da terminologia estão ligados a propósitos pragmáticos, são de caráter onomasiológico, de enfoque cognitivo e de cunho prescritivo. Essas características são comuns às Escolas Clássicas, como a de Viena, a de Praga e a Escola Russa, que contribuíram para o estabelecimento da Terminologia como disciplina autônoma.

Um dos mais destacados precursores da análise do fenômeno terminológico, Wüster, defendeu, em 1931, sua tese de doutorado intitulada “A normalização internacional da Terminologia técnica”, defendida na Universidade de Viena. A partir de seus estudos na área, Wüster elaborou a Teoria Geral da Terminologia (TGT), estabelecendo a terminologia como matéria autônoma e interdisciplinar, dialogando com a linguística, a ciência cognitiva, a ciência de informação, a comunicação e a informática.

Para a TGT, os termos designam, diferentemente dos itens lexicais da língua comum, que significam. Assim, a TGT, amparada pelo positivismo característico de sua época, considera os termos a expressão de conceitos científicos, que são atemporais e universais. Portanto, defende a univocidade termo-conceito, o que garantiria, dessa maneira, a precisão do termo. As variações terminológicas são consideradas, nesta perspectiva, anomalias variacionais, devendo, pois, ser objeto de uma normalização para facilitar a comunicação científica e técnica internacional. A TGT tem, assim, cunho prescritivo.

Conforme Wüster (1998, p. 150), a variação pode ocorrer tanto no plano monolíngue como no plano interlíngue. A variação monolíngue pode ocorrer no âmbito regional (com a existência de um sinônimo diferente nas diferentes regiões em que se fala a mesma língua) e entre campos temáticos. Já a variação linguística interlíngue se dá quando diferentes termos são usados para designar um único conceito em várias línguas.

Com o desenvolvimento da linguística, a perspectiva prescritiva nos estudos terminológicos passou a ser substituída por um viés descritivo, como veremos nas subseções referentes à Teoria Comunicativa da Terminologia e à Teoria da Variação Socioterminológica.

### **2.1.2. Teoria Comunicativa da Terminologia**

Conforme mencionado anteriormente, a linguística passou a observar os termos a partir de um posicionamento descritivo, que reconhece o fenômeno da variação terminológica

e a importância do contexto nos quais são utilizados. Dentre os estudos terminológicos de perspectiva linguística, destaca-se a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT).

A partir da década de 80, Cabré e o grupo de pesquisadores do Instituto de Linguística Aplicada da Universidade de Pompeu Fabra formulam a TCT. Cabré (1993) defende que a linguagem é um sistema complexo e heterogêneo de subsistemas relacionados, e diferencia a língua geral da linguagem de especialidade da seguinte maneira: a língua geral é percebida como um conjunto de regras, unidades e restrições que fazem parte do conhecimento da maioria dos falantes de uma língua, representando um subconjunto da língua entendida em sentido global. As unidades da língua comum são utilizadas em situações que podem classificar-se como não-marcadas.

De acordo com Cabré (1993, p. 129), as linguagens de especialidades são parcialmente coincidentes com o subcódigo da língua comum, e possuem peculiaridades específicas que podem ser temática, de interlocutores, da situação comunicativa, do tipo de discurso, etc. As situações, portanto, em que se utilizam as linguagens de especialidade são consideradas, neste sentido, marcadas.

Dessa maneira, parte-se do princípio de que as linguagens de especialidade são parte da língua geral. Um item lexical pode tornar-se termo, dependendo do contexto e da situação em que é aplicado. Assim, como item lexical, o termo pode sofrer variações e outros fenômenos característicos dos sistemas linguísticos.

Os termos, segundo Cabré (1999), são unidades da terminologia. Para a autora, os termos são palavras do léxico geral, unidades sógnicas distintivas e significativas ao mesmo tempo, apresentadas de forma natural no discurso especializado. Possuem uma vertente sistemática (formal, semântica e funcional), sendo unidades de um código estabelecido, e manifestam uma vertente pragmática, pois são unidades usadas na comunicação especializada para designar os objetos de uma realidade preexistente.

O termo, na TCT, é considerado uma unidade lexical poliédrica, com faces cognitiva, linguística e comunicativa, que integra as comunicações especializadas com todas as implicações daí decorrentes. Nessa perspectiva, os termos comportam variação denominativa e conceitual, além de sinonímia.

Cabré (1999, p.85) estabelece o princípio da variação terminológica, um princípio universal que admite diferentes graus de variação, de acordo com a situação comunicativa. O grau máximo de variação se daria nos termos das áreas mais banalizadas do saber, nos termos utilizados no discurso da divulgação da ciência e da técnica; o grau mínimo da variação aconteceria na terminologia normalizada por comissões de especialistas; o grau intermediário, por sua vez, na terminologia usada na comunicação natural entre especialistas, sem interferência de comissões normalizadoras.

### **2.1.3. Teoria da Variação Socioterminológica**

Como já mencionado, percebem-se avanços na pesquisa em terminologia por volta de 1980, quando estudiosos como Boulanger (1991), Gaudin (1993) e Auger (1994) passaram a considerar o emprego real do termo, diretamente ligado ao ambiente social no qual os falantes estão inseridos. Antes dos anos oitenta, a LE parecia um sistema construído e sem falhas, a variação, portanto, era vista como anômala às normas estabelecidas para a terminologia. Faz parecer que a linguagem dita como de especialidade seja atemporal, não histórica e não social. Uma nova teoria, contrapondo estes postulados, foi criada nos estudos terminológicos contemporâneos, a saber: a socioterminologia.

A socioterminologia teve origem em 1993, a partir da tese de doutorado de Gaudin, intitulada "Pour une socioterminologie – des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles", onde discute a terminologia dirigida ao social.

De acordo com Faulstich (2006), foi criado, na UnB, em 1995, a partir dos estudos na linha de pesquisa léxico e terminologia, um dos postulados máximos da socioterminologia, qual seja, “ter na base da pesquisa a variação linguística dos termos no meio social e, por consequência, entender a mudança terminológica como mecanismo resultante da pragmática discursiva”.

Assim, de acordo com a autora, uma teoria socioterminológica de variação deve levar em consideração os diferentes níveis de comunicação de uma determinada área, que dependem das circunstâncias de emissão, dos interlocutores, do meio pelo qual se dá a comunicação, entre outros.

A autora propõe um constructo teórico da variação, que será aplicado na análise dos termos propostos no presente trabalho. Para tanto, faz-se necessário apresentar alguns pressupostos teóricos defendidos pela autora, para depois explicitar o sistema de classificação das variantes proposto.

A definição de termo e conceito é vista sob uma perspectiva diferente da TGT, evidenciada em Faulstich:

“termos são signos que encontram sua funcionalidade nas linguagens de especialidade, de acordo com a dinâmica das línguas; são entidades variantes porque fazem parte das situações comunicativas distintas: são itens do léxico especializado, que passa por evoluções, por isso devem ser analisados no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas”. (FAULTICH, 1998, p. 93)

Para Faulstich (1995), este diferente viés teórico em relação aos termos implica tratamento diferenciado ao corpus de análise. A proposta de uma abordagem funcionalista do termo, a descrição das bases metodológicas para a pesquisa e a defesa dos princípios de estreita relação entre termo e variação são pontos fundamentais na sua pesquisa terminológica. Para ela, a terminologia sofre variações por fazer parte da língua, que é de natureza heterogênea e de uso social, e propõe que a variação indica uma mudança em curso, podendo ser vista sob duas perspectivas: a) a sincrônica, em que as formas variantes apresentam o mesmo significado referencial; b) a diacrônica, em que o termo é descrito no seu percurso histórico.

Faulstich (2001, p. 25) estabelece cinco postulados básicos para estabelecer uma Teoria da Variação em terminologia. Vejamos:

- a) a dissociação entre estrutura terminológica e homogeneidade ou univocidade ou monorreferencialidade, associando-se à estrutura terminológica a noção de heterogeneidade ordenada;
- b) o abandono do isomorfismo categórico entre termo-conceito-significado; a aceitação de que, sendo terminologia um fato de língua, ela acomoda elementos variáveis e organiza uma gramática;
- c) a aceitação de que a terminologia varia e de que essa variação pode indicar uma mudança em curso; e
- d) a análise da terminologia em co-textos linguísticos e em contextos discursivos da língua escrita e da língua oral.

Pode-se perceber, portanto, com base nos postulados acima, que a terminologia moderna relaciona a variação com o tempo, o espaço e os usuários.

Dessa maneira, converge-se no constructo teórico da variação, postulado por Faulstich (2001, p.26): o caráter concorrente das variantes que resulta nas variantes formais, o caráter coocorrente, resultando em sinônimos, ou o caráter competitivo, relacionado com os empréstimos.

De acordo com Faulstich (2002, p. 23-35), as variantes terminológicas são compreendidas em duas classes: as variantes terminológicas linguísticas e as variantes terminológicas de registro. Ambas as classificações se subdividem, como veremos a seguir.

As variantes terminológicas linguísticas são determinadas pelo fenômeno propriamente linguístico, e podem ser: fonológicas, morfológicas (quando há variação na estrutura morfológica do termo, sem implicar alteração do conceito), sintáticas (quando há variação entre duas construções sintagmáticas de uma unidade terminológica complexa, sem implicar alteração do conceito), lexicais (quando algum elemento da unidade terminológica complexa sofre apagamento ou movimento de posição, sem implicar alteração de conceito) e gráficas (quando há variação de grafia conforme as convenções da língua).

Já as variantes terminológicas de registro decorrem do ambiente de concorrência, no plano horizontal, no plano vertical e no plano temporal em que se realizam os usos linguísticos, e podem ser geográficas (no plano horizontal de diferentes regiões em que se fala a mesma língua), temporais (quando duas variantes concorrem durante determinado período de tempo, até que uma forma se fixe como preferida), e de discurso (quando a variação decorre da “sintonia comunicativa” entre elaborador e usuários de textos científicos e técnicos).

### 3. Metodologia

Após indicar alguns dos principais pressupostos teóricos da Terminologia, passamos à análise do corpus. Para tanto, traçaremos o seguinte percurso: primeiramente, selecionamos de documentos oficiais da Associação Latino-Americana de Integração os termos *acordo-quadro*, *acordo parcial*, *ad valorem*, *alfândega* e *armazéns warrants*. O contexto de ocorrência de cada termo<sup>1</sup> em análise consta em anexo, bem como a fonte do mesmo. Logo depois, essas unidades lexicais especializadas serão observadas a partir do constructo teórico de variação terminológica proposto por Faulstich (2001).

### 4. Análise do corpus

Primeiramente, antes de passarmos à análise propriamente dita, é necessário, de acordo com Cabré (1993), definir a linguagem do comércio exterior no âmbito da ALADI como uma linguagem de especialidade, linguagem essa, segundo a autora, marcada, ou seja, possuidora de peculiaridades específicas que podem ser do tipo temática, de interlocutores, da situação comunicativa, da intenção do falante, do meio no qual se produz um intercâmbio comunicativo, do tipo de intercâmbio etc.

Como vimos, Cabré (1999, p.85) admite diferentes graus de variação, de acordo com as condições da situação comunicativa. Estamos lidando, no presente trabalho, com unidades lexicais especializadas cujas variações correspondem ao grau intermediário de variação proposto pela autora, tendo em vista que os documentos oficiais da ALADI são elaborados por especialistas, carecendo de uma terminologia normalizada por comissões de especialistas.

---

<sup>1</sup> Os termos estarão sublinhados no corpo do texto, para facilitar sua localização.

Essas unidades lexicais especializadas que serão analisadas, de acordo com o constructo teórico de Faulstich (2001), são, em sua maioria, de caráter concorrente, pois, lidamos com variantes formais. Passamos à análise proposta, de acordo com os pressupostos da TCT e da Teoria da Variação Socioterminológica explicitados na seção anterior.

#### a) Acordo quadro e acordo-quadro

De acordo com o glossário disponibilizado no site da Associação Latino-Americana de Integração, um acordo-quadro é um “convênio jurídico internacional entre dois ou mais Estados, no qual são estabelecidos objetivos e princípios de caráter geral, bem como a estrutura institucional encarregada de desenvolver as normas específicas.”

Como se pode observar nos trechos de documentos oficiais da Associação no Anexo deste trabalho, ocorre a flutuação do uso do hífen em acordo-quadro e acordo quadro.

Dessa maneira, as variantes acordo-quadro e acordo quadro podem ser classificadas como variantes concorrentes formais linguísticas, pois fazem parte do acervo do idioma, sendo uma variante do tipo gráfico, pela flutuação no uso do hífen antes indicada.

Poder-se-ia depreender que a flutuação do hífen pode estar relacionada ao fato de que alguns usuários da língua consideram acordo-quadro um nome composto, e, como se sabe, a vacilação natural dos falantes de português no que se refere à utilização do hífen em nomes compostos é um fenômeno relativamente comum na língua geral.

#### b) Acordo parcial e Acordo de alcance parcial

De acordo com o glossário disponibilizado no site da Associação Latino-Americana de Integração, um *Acordo Parcial* é um “acordo do qual não participam todos os países-membros (Art. 7 – TM 80).” No verbete, observa-se a remissiva a *Acordo de Alcance Parcial*.

As variantes *Acordo de Alcance Parcial* e *Acordo Parcial* são consideradas variantes concorrentes formais linguísticas, pois são determinadas pelo fenômeno propriamente linguístico, correspondendo à classe de variantes lexicais, tendo em vista que há elipse do sintagma *de alcance*, sem implicar alteração do sentido da UTC.

#### c) Ad valorem<sup>1</sup> e ad valorem<sup>2</sup>

Conforme o glossário disponibilizado no site da Associação Latino-Americana de Integração, *Ad valorem* (doravante *ad valorem*<sup>1</sup>) “equivale a ‘segundo o valor’, expressão utilizada de diversas maneiras quando das cotações, taxas de seguro ou taxas de frete. A expressão está relacionada com os direitos aduaneiros, muitos dos quais são calculados quando da valoração das mercadorias”.

Porém, neste mesmo glossário, observamos uma segunda entrada de *ad valorem* (doravante *ad valorem*<sup>2</sup>), indicando que *ad valorem*<sup>2</sup> é um “gravame tarifário que afeta as mercadorias na Tarifa Aduaneira e cuja aplicação se realiza tomando como base impositiva o valor aduaneiro ou o valor CIF das mercadorias”.

Algumas observações devem ser feitas sobre esta situação. Primeiramente, que *ad valorem*<sup>1</sup> e *segundo o valor* são variantes competitivas, de acordo com o constructo de Faulstich (2001), pois estamos lidando com um caso de empréstimo, que se dá quando palavras de uma língua B preenchem lacunas de uma língua A. De acordo com a autora,

“os empréstimos linguísticos são itens lexicais que se originam de língua estrangeira e, depois, no contexto social da língua recebedora, se tornam variantes porque

provocam o surgimento de uma forma vernacular equivalente, por causa do ambiente linguístico estranho à sua permanência natural”. (FAULSTICH: 2001, p. 33)

A variante competitiva em análise resulta, portanto, de um empréstimo oriundo da língua latina, configurando-se em uma reação do vernáculo ao empréstimo.

Já *ad valorem*<sup>2</sup> não apresenta variantes vernaculares ou híbridas, e se caracteriza por ser uma especialização de *ad valorem*<sup>1</sup>.

No verbete de *ad valorem*<sup>1</sup>, percebemos que a conceitualização do termo é um tanto ampla, tendo em vista as expressões que constam no verbete, como “utilizada de diversas maneiras” ou mesmo “relacionada com os direitos aduaneiros, muitos dos quais...”.

Já, em *ad valorem*<sup>2</sup>, temos a indicação específica de que o termo refere-se a um gravame tarifário que afeta as mercadorias na Tarifa Aduaneira, aplicado a partir do valor aduaneiro ou do valor CIF das mercadorias. Houve uma restrição semântica significativa em *ad valorem*<sup>2</sup> em comparação com *ad valorem*<sup>1</sup>.

#### d) Alfândega e Aduana

Conforme o glossário disponibilizado no site da Associação Latino-Americana de Integração, *alfândega* consiste em “serviços administrativos responsáveis pela aplicação da legislação aduaneira e da arrecadação dos direitos e impostos aplicados à importação, à exportação, ao movimento ou à armazenagem de mercadorias e encarregados, também, da aplicação de outras leis e regulamentos relativos a essas operações.” Já o termo *aduana* não é repertoriado no glossário em língua portuguesa da ALADI.

De acordo com o Houaiss, *aduana* é um diacronismo, e tem o mesmo significado de *alfândega*. Abaixo, reproduzimos os verbetes desses dois termos, retirados do dicionário Houaiss, versão 3.0:

##### “Aduana

□ substantivo feminino

1 Diacronismo: obsoleto.

m.q. *alfândega*

1.1 Diacronismo: antigo.

cobrança, taxa, imposto sobre a entrada e saída de produtos, que se pagava na aduana

2 Diacronismo: antigo.

nas povoações mouras, localidade, bairro habitado por cristãos”

##### “Alfândega

□ substantivo feminino

1 repartição pública, ger. localizada nas fronteiras de região, país etc., onde se inspecionam bagagens e mercadorias em trânsito e onde se efetua a cobrança das taxas correspondentes de entrada e saída; aduana

2 edifício ou recinto onde funciona essa repartição; aduana

3 conjunto de direitos alfandegários; aduana

4 Derivação: sentido figurado. Uso: informal.

lugar em que há muito movimento e onde se faz muito barulho e algazarra”

De acordo com o constructo de Faulstich (2001), deparamo-nos com variantes terminológicas de registro temporais, pois designam o mesmo conceito (ou conceitos muito próximos) em épocas diferentes. Assim, os termos podem cair em desuso e ser substituídos por outros, podendo apontar, portanto, para uma mudança linguística em curso.

#### e) Armazéns warrants e armazéns gerais de depósito

De acordo com o glossário da ALADI, armazéns warrants são “qualquer depósito particular onde são depositadas mercadorias, prévia autorização oficial, permanecendo armazenadas por um período pelo qual devem pagar uma taxa de armazenagem. O encarregado do armazém outorga ao dono da mercadoria um certificado-recibo.”

Vemos, no exemplo que consta no Anexo do presente trabalho, a existência da variante vernacular *armazéns gerais de depósito*.

De acordo com Faulstich (2001, p. 35), uma variante competitiva apresenta comportamentos específicos, quais sejam:

- a) Mantém a forma tal qual no inglês e gera uma forma linguística no português;
- b) Gera palavra derivadas ou compostas híbridas e motiva o surgimento de um novo significado para um termo vernacular já existente no PB;
- c) Gera unidades terminológicas complexas (UTCs) híbridas e UTCs vernaculares;
- d) Abandona a forma de origem em favor de um decalque no PB; e
- e) Mantém a forma tal qual no inglês e gera uma forma adaptada às regras morfofonêmicas do PB.

Observamos que os exemplos ilustrativos da variação em questão têm relação com os comportamentos específicos de variantes competitivas no PB explicitados acima, pois o português reagiu ao empréstimo e gerou uma UTC vernacular.

### 5. Considerações finais

A partir dessa breve análise dos termos *acordo-quadro*, *acordo parcial*, *ad valorem*, *alfândega* e *armazéns warrants*, referentes à linguagem de especialidade do comércio exterior no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração, a partir de pressupostos da Teoria Comunicativa da Terminologia e da Teoria Variação Terminológica, pudemos observar que o fenômeno da variação terminológica é uma das características dessa linguagem de especialidade.

É natural lidarmos com a noção de entidades variantes, porque consideramos as unidades lexicais especializadas como signos linguísticos que passam a desempenhar o papel de “termo” quando utilizadas em discursos especializados.

Essas variações apontam para uma discussão muito relevante atualmente: o papel da normatização, da normalização e da harmonização nesta linguagem de especialidade. Como sabemos, a globalização permite, cada vez mais, o comércio entre diferentes países, assinaturas de acordos e convênios, entre outros. Como lidar com a variação terminológica em documentos oficiais de organismos internacionais, como a ALADI, responsáveis em fomentar o comércio entre seus países-membros? Essa é uma questão que merece estudos aprofundados no âmbito das políticas linguísticas.

## Referências

- ABREU, Sabrina. Aspectos Gramaticais na formação de termos reduzidos. Resumo do VII Grupo de Trabalho de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia da ANPOLL, 2009. Disponível em: <http://www.mel.ileel.ufu.br/gtlex/viiengtlex/pdf/resumos/Sabrina+Pereira+de+Abreu.pdf>
- CABRÉ, M. T. La terminología: representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona: IULA, 1999.
- Dicionário Houaiss eletrônico. Versão monousuário 3.0. Rio de Janeiro: Editora Objetiva Ltda., 2009.
- \_\_\_\_\_. La terminología. Teoría, metodología, aplicaciones. Barcelona: Antártida/Empúries, 1993.
- FAULSTICH, Enilde. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. Cienc. Cult. vol.58 no.2 São Paulo: 2006.
- \_\_\_\_\_. Entre a sincronia e a diacronia: variação terminológica no código e na língua. In: CORREIA, M. (Org.). Terminologia, desenvolvimento e identidade nacional. Lisboa: Colibri/ILTEC, 2002.
- \_\_\_\_\_. Aspectos de Terminologia Geral e Terminologia Variacionista. TradTerm 7. São Paulo: Humanitas, 2001.
- \_\_\_\_\_. Variação Terminológica. Algumas tendências no Português do Brasil. Cicle de conferencies 96-97. Lèxic, Corpus/Diccionaris, Barcelona, IULA, p. 141-154, 1998.
- \_\_\_\_\_. Socioterminologia, mais que um método de pesquisa, uma disciplina. In: Ciência da informação. Brasília, MCT-CNPq-IBICT, (24), n.3, 1996.
- \_\_\_\_\_. Base Metodológica para pesquisa em socioterminologia: Termo e Variação. Brasília: Centro Lexterm, 1995.
- KRIEGER, Maria da G. Terminologias em construção: procedimentos metodológicos. In: VIII Congresso Internacional da ABECAN, 2005, Gramado. Anais VIII Congresso Internacional da ABECAN.
- KRIEGER, Maria da Graça; BECKER MACIEL, Anna Maria (org). Temas de Terminologia. Porto Alegre/São Paulo: EDUFRGS/Humanitas/USP, 2001
- LAMBERTI, Flávia Cristina Cruz. Empréstimos Lingüísticos no Português do Brasil: uma interpretação variacionista. Dissertação de Mestrado. Brasília. Universidade de Brasília, 1999.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. Estruturas morfológicas do português. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- WÜSTER, Eugene. Introducción a la teoría general de la terminología y de la lexicografía terminológica. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, Universidade de Pompeu Fabra, 1998.

## ANEXO

### a) *Acordo quadro e acordo-quadro*

**Exemplo 1:** “Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio mediante a Superação das Barreiras Técnicas ao Comércio”.

Fonte: título do Acordo-Quadro para a Promoção do Comércio Mediante a Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio - AR.OTC Nº 8

**Exemplo 2:** “Artigo 1º.- Incorporar ao Acordo de Complementação Econômica Nº 2 o “Acordo Quadro de Interconexão Energética entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai”, que consta em anexo ao presente Protocolo e faz parte do mesmo.”

Fonte: Acordo de Complementação Econômica Nº 2 - Sexagésimo Quarto Protocolo Adicional

### b) *Acordo parcial e acordo de alcance parcial*

**Exemplo 1:** “Celebrar um Acordo de Alcance Parcial sobre Pesos e Dimensões de Veículos de Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas, em conformidade com as disposições que constam no Tratado de Montevideu 1980 e a Resolução 2 do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da ALALC, que se regerá pelas disposições que se estabelecem a seguir:”

Fonte: Acordo de Alcance Parcial Nº 17 ao amparo do artigo 14 do TM 80 sobre Pesos e Dimensões de Veículos de Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas

**Exemplo 2:** “b) Quando um país-membro inclua produtos já negociados em acordos parciais com outros países-membros, as concessões que outorgue poderão ser superiores às acordadas com aqueles, caso em que serão realizadas consultas com os países-membros afetados, a fim de que sejam encontradas soluções mutuamente satisfatórias, salvo se, nos respectivos acordos parciais, tenham sido pactuadas cláusulas de extensão automática ou de renúncia às preferências incluídas nos acordos parciais a que se refere o presente artigo;”

Fonte: Artigo 25 do Tratado de Montevideu 1980.

### c) *Ad valorem<sup>1</sup> e ad valorem<sup>2</sup>*

**Exemplo 1** de *ad valorem<sup>1</sup>*: “Em todos os convênios que ele conhece, um carregador que não quer aceitar que o transportador limite sua responsabilidade, pode declarar o valor de sua mercadoria, em cujo caso o transportador não poderá limitar sua responsabilidade, mas exigirá provavelmente um frete maior (“ad valorem”).”

Fonte: ALADI/SEC/Estudo 194, de 30 de julho de 2008, intitulado Facilitação do transporte nos países-membros da ALADI.

**Exemplo 2** de *ad valorem<sup>2</sup>*: “Comunica que, mediante Decreto Supremo, o Peru modificou a taxa dos Direitos Ad-Valorem CIF, para 2894 posições nacionais e envia cópia do dispositivo legal, bem como a versão digital do Anexo I que contém a lista completa das sub-posições cujos direitos tarifários foram modificados.”

Fonte: Ata da 954ª sessão ordinária do Comitê de Representantes

**d) Alfândega e aduana**

**Exemplo 1:** “A Alfândega pode exigir que a declaração aduaneira das mercadorias esteja acompanhada dos documentos que lhe servem de base, os quais variarão em função das características próprias de cada operação. Como exemplo de documentos eventualmente solicitados pela Alfândega pode mencionar-se os seguintes.”

Fonte: Procedimentos Aduaneiros - Caderno N° 3

**Exemplo 2:** “2. Aduana de carga: A aduana, sob cujo controle são carregadas as mercadorias nas unidades de transporte e onde se colocam os lacres aduaneiros, a fim de facilitar o começo de uma operação TAI na aduana de partida.”

Fonte: Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre - AAP.A14TM N° 3

**e) Armazéns warrants e armazéns gerais de depósito**

**Exemplo 1:** “Armazéns gerais de depósito (warrants) (corresponde ao serviço de armazenamento de mercadoria acompanhado da emissão de um certificado de depósito e de um recibo)”.

Fonte: Anexo III do documento Medidas desconformes da Austrália com relação a serviços financeiros.